



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

SESSÃO DO DIA DE DE 2014.

Nº ÚNICO: 0006743-09.2007.8.10.0040

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 055639/2014 - IMPERATRIZ (MA)

APELANTE : Valmir Sousa Correia
DEFENSOR PÚBLICO : Nívea Roberta Andrade Viegas
APELADO : Ministério Público Estadual
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, § 2º, IV, do CPB
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

RESUMO

• **Objeto:**

Apelação criminal objetivando redução da pena, mediante afastamento de três circunstâncias judiciais:

- Culpabilidade, personalidade do agente e consequências do crime.

Crime: homicídio qualificado por recurso que dificultou a defesa da vítima (art. 121, § 2º, IV, do CPB).

• **Fatos e circunstâncias do crime:**

- Segundo a denúncia, no dia 13/02/2007, por volta das 22h30min, a vítima Janaíldon da Conceição Pereira estava na companhia de seu primo, ingerindo bebida alcoólica, na “Mercearia Carvalho”, situada na Rua do Fio, Parque Alvorada II, Imperatriz. Em dado momento, o réu, que também estava no local, após não ter gostado de uma brincadeira feita pela vítima, entrou em contenda com este, sendo apartados.

A vítima resolveu permanecer no local, embora aconselhada a ir para casa, enquanto o réu foi para sua residência, e, cerca de dez minutos depois, retornou, momento em que agarrou o ofendido pelo colarinho e desferiu um golpe de faca, que estava escondida em sua cintura. A vítima ainda tentou fugir, mas foi alcançada cerca de cem metros adiante, quando, então, o réu tornou a esfaqueá-la, por oito vezes, vindo a vítima a falecer no trajeto para o hospital.

• **Argumentos contidos no writ/razões – fls. 334/339:**

I – a violência empregada no crime de homicídio é elementar do tipo, e a conduta do réu, *in casu*, não revela acentuado grau de culpabilidade, pois não extrapolou ao que prevê o preceito primário do art. 121, do CPB;

II – a personalidade do réu foi indevidamente valorada pelo emprego da lacônica expressão “voltada para o crime”, o que não denota qualquer dado concreto, e representa, ainda, malferimento ao postulado da presunção de não culpabilidade; e

III – o juiz presidente do júri incorreu em indevido bis in idem ao valorar as consequências do crime, considerando, apenas e tão somente, a morte da vítima, por se tratar de resultado naturalístico ínsito ao tipo penal em testilha.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

• **Parecer da PGJ:** fls. 358/367. **Krishnamurti Lopes Mendes França.** Conhecimento e **Provimento.** Argumentos:

I – a dosimetria levada a cabo pelo sentenciante não observou as balizas da proporcionalidade, pois a pena-base foi excessivamente exacerbada para 23 (vinte e três) anos de reclusão (quase o dobro do mínimo legal), à vista de apenas quatro circunstâncias judiciais;

II – a culpabilidade e as consequências do delito foram valoradas de forma genérica, além de ter considerado o próprio resultado naturalístico do crime de homicídio (morte) para valorar a segunda, em indevido bis in idem;

III – a conduta social e a personalidade também foram valoradas de forma genérica, sem elementos concretos, a primeira, considerada apenas desfavorável, e a segunda, utilizando-se a vaga locução “voltada para o crime”.

• **VOTO:** Parcial acordo com a PGJ, para redimensionar a pena.

-A irresignação se resume à dosimetria da pena

| Homicídio qualificado (art. 121, § 2º, IV, do CPB) Pena em abstrato: 12 a 30 anos de reclusão. | |
|--|--|
| COMO ERA | COMO FICOU |
| ***** 1ª FASE ***** | |
| Culpabilidade - “[...] a culpabilidade do agente denota razoável grau de reprovabilidade, em especial por ter ceifado a vida de um ser humano [...]” | Culpabilidade (+2A e 6M) - Valoração inidônea. No entanto, tendo em vista que a devolutividade recursal não vincula o órgão <i>ad quem</i> aos fundamentos do <i>decisum</i> hostilizado, cuja baliza limitadora é a vedação da <i>reformatio in pejus</i> , pela quantidade de pena aplicada, é possível revê-los e substituí-los. - Os autos revelam que as agressões não foram perpetradas pelo réu no “calor das discussões”. Ao revés, o apelante ausentou-se do comércio “Esquina Lanches”, foi até sua casa, armou-se com uma faca e retornou para lesionar a vítima, esfaqueando-a por trás, o que denota, em minha óptica, nítida premeditação delitiva, o que autoriza a elevação da pena básica. Precedente. - Ademais Não bastasse isso, extraio dos autos que a vítima, após o primeiro golpe de faca, andou alguns metros e caiu. Não satisfeito, o réu tornou a esfaqueá-la, por várias vezes, totalizando cerca de oito perfurações, consoante atesta o laudo de exame cadavérico, o que evidencia maior reprovabilidade da conduta, pela excessiva quantidade de golpes. Precedente. |
| Antecedentes - O magistrado disse, genericamente, que o réu possui antecedentes, mas afirmou que ele é tecnicamente primário. | Antecedentes (+2A e 6M) - Circunstância mantida, não impugnada pela defesa. |
| Conduta Social - Possui elementos desfavoráveis quanto à sua conduta social, em razão dos antecedentes. | Conduta Social (+2A e 6M) - Circunstância mantida, não impugnada pela defesa. |

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

| | |
|--|--|
| Personalidade “o réu possui personalidade voltada ao crime, conforme denota seus antecedentes criminais [...]”. | Personalidade - Afastada a valoração. - Fundamentação genérica, sem qualquer base concreta. Ofensa ao dever de fundamentação das decisões. |
| Motivos - Não valorada | Motivos ***** |
| Circunstâncias - Não valorada | Circunstâncias ***** |
| Consequências (+ 2A 8M) “as consequências do crime foram de maior gravidade, dada a destruição da uma vida humana”. | Consequências - Afastada a valoração. - Não obstante reconheça as mazelas e resultados deletérios de um crime de homicídio, insisto em repisar que não podem, por si sós, ser considerados para efeitos de exasperação da reprimenda, pois já são consequências próprias do crime. Admitir-se a hipótese, seria cancelar uma dupla punição ao apelante, o que esbarra na proibição ao bis in idem. |
| Comportamento da vítima - Valorada, embora sem reflexos benéficos na dosimetria. | Comportamento da vítima ***** |
| *****2ª FASE***** | |
| Confissão espontânea | Confissão espontânea (-2 Anos) - Mantido, com patamar de redução diferenciado, dentro da margem de discricionariedade vinculada do juiz. |
| *****3ª FASE***** | |
| - Neutra | |
| COMO ERA | COMO FICOU |
| Pena-base: 23A e 03M de reclusão (5 circunstâncias jud.) Valor de cada circunstância: não pude aferir 2ª Fase: 19A 04M e 15D (confissão) 3ª Fase: Neutra Pena total: 19A 04M e 15D | Pena-base: 19 A e 6 M de reclusão (3 circust. Jud) Valor de cada circunstância: pena média (2A e 6M) 2ª Fase: 17 A e 6 M de reclusão (-2 A) 3ª Fase: Neutra Pena total: 17 A e 6 M de reclusão |
| • CONCLUSÃO: - Com essas considerações, conheço do presente apelo, e no mérito, parcialmente de acordo ¹ com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, dou-lhe parcial provimento, para redimensionar a pena do réu Valmir Sousa Correia, para 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, mantendo incólume todas as demais cominações. | |

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

¹ A PGJ opinou pelo afastamento de todas as circunstâncias judiciais, mas a culpabilidade foi mantida, por fundamentos diversos daqueles constantes na sentença.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

SESSÃO DO DIA ____ DE DE 2014.

Nº ÚNICO: 0006743-09.2007.8.10.0040

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 055639/2014 - IMPERATRIZ (MA)

APELANTE : Valmir Sousa Correia

DEFENSOR PÚBLICO : Nívea Roberta Andrade Viegas

APELADO : Ministério Público Estadual

INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, § 2º, IV, do CPB

RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

ACÓRDÃO Nº _____

EMENTA. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR RECURSO QUE DIFICULTOU OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. VALORAÇÃO DA CULPABILIDADE, PERSONALIDADE DO AGENTE E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. CULPABILIDADE INIDONEAMENTE VALORADA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS. OFENSA AOS ARTS. 5º, XLVI, E 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ART. 59, DO CÓDIGO PENAL. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Inobstante marcada por certo grau de discricionariedade, a valoração das circunstâncias judiciais não pode se afastar da obrigação jurídico-constitucional de motivação, devendo o julgador expor de forma clara, objetiva e concreta as razões que conduzem ao exasperamento da pena.

2. O agente que, após discutir com a vítima, retira-se do local, arma-se com uma faca e retorna para esfaqueá-lo, age com nítida premeditação na conduta delituosa, a ensejar a exacerbação de sua reprimenda, em razão da acentuada culpabilidade, exacerbada, ainda mais, por ter tornado a golpear a vítima por várias vezes, esta já desfalecida no solo.

3. O emprego da vetusta, genérica, lacônica e malsinada expressão “voltada ao crime”, lamentavelmente utilizada com frequência para valorar a personalidade do agente, evidencia

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

patente ofensa ao princípio constitucional da motivação das decisões. Sob outro prisma, a existência de ações penais ou inquéritos em curso também não se prestam para valorá-la, sob pena de transgressão ao postulado constitucional da presunção de não culpabilidade. Precedentes do STF e STJ.

4. As consequências do crime, a serem consideradas para o fim de valoração negativa, na fase das circunstâncias judiciais, devem ultrapassar a gravidade do resultado do delito cominado em abstrato no tipo penal correlato. O resultado morte, inobstante sabidamente deletério, é ínsito ao crime de homicídio consumado, traduzindo indevido *bis in idem*, sua consideração na primeira fase da dosimetria.

5. Apelo conhecido e parcialmente provido. Pena redimensionada.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, parcialmente de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em dar parcial provimento ao apelo, para redimensionar a pena, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça.....

São Luís(MA), de de 2015.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

PRESIDENTE/RELATOR

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 055639/2014 - IMPERATRIZ (MA)

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Cuida-se de recurso de apelação manejado por Valmir Sousa Correia, através de sua Defensora Pública, inconformado com a decisão proveniente do Tribunal do Júri da 3ª Vara da comarca de Imperatriz, que o condenou à pena 19 (dezenove) anos, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, IV, do CPB².

Segundo a denúncia, no dia 13/02/2007, por volta das 22h30min, a vítima Janaildon da Conceição Pereira estava na companhia de seu primo, ingerindo bebida alcoólica, na “Mercearia Carvalho”, situada na Rua do Fio, Parque Alvorada II, Imperatriz. Em dado momento, o réu, que também estava no local, após não ter gostado de uma brincadeira feita pela vítima, entrou em contenda com este, sendo apartados.

A vítima resolveu permanecer no local, embora aconselhada a ir para casa, enquanto o réu foi para sua residência, e, cerca de dez minutos depois, retornou, momento em que agarrou o ofendido pelo colarinho e desferiu um golpe de faca, que estava escondida em sua cintura. A vítima ainda tentou fugir, mas foi alcançada cerca de cem metros adiante, quando, então, o réu tornou a esfaqueá-la, por oito vezes, vindo a vítima a falecer no trajeto para o hospital.

A denúncia veio instruída com os autos do inquérito policial nº 009/2007-3ºDP, destacando-se o laudo de exame cadavérico, às fls. 11, e certidão de óbito, às fls. 15.

Recebimento da denúncia, às fls. 63.

² Art. 121. Matar alguém

[...]

§ 2º Se o homicídio é cometido:

[...]

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro **recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido**;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Qualificação e interrogatório do acusado, às fls. 55/57, seguindo-se a apresentação de defesa prévia e rol de testemunhas, às fls. 58/59.

Decretada a prisão preventiva do réu, às fls. 88, por ter se evadido do distrito da culpa.

Relaxada, *ex officio*, a prisão preventiva do réu, às fls. 96/98, em razão do excesso de prazo na formação da culpa, tendo ele permanecido custodiado, em razão de execução de pena (fls. 108v.).

Defesa preliminar, às fls. 103/104.

No curso da instrução da primeira fase do rito bifásico do júri, registrada na mídia audiovisual de fls. 143v., foram ouvidas as testemunhas Denilson de Sousa Siulva, Erinaldo Mendes de Sousa, Francisco das Chagas Martins, Vilmar Correia e Rozenilda de Sousa Silva. Em continuidade, foi deprecada a oitiva da testemunha Cleyton da Silva Fonteneli (fls. 154/155), sendo o réu, em seguida, qualificado e interrogado, às fls. 167/168.

Apresentadas as postulações finais, sobreveio a decisão de fls. 182/190, que pronunciou o réu para ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri, pela prática da infração penal prevista no art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II, do Código Penal.

Preclusa a decisão de pronúncia (fls. 205), iniciou-se a segunda fase do rito bifásico do júri, com a apresentação dos róis de testemunhas pela acusação (fls. 207/208) e defesa (fls. 210).

Relatório do processo, às fls. 290/292.

O apelante foi submetido a julgamento popular, na a sessão plenária ocorrida no dia 01 de abril de 2014.

Durante a instrução no *judicium causae*, cujos depoimentos estão registrados na mídia audiovisual de fls. 311v., foram as testemunhas Juscilene Martins de Sosa, Denilson de Sousa Silva, Erinaldo Mendes de Sousa, Francisco das Chagas Martins de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Sousa, Vilmar Correia e Rozenilda de Sousa Silva. O acusado não compareceu à sessão de julgamento (fls. 311).

No curso dos debates, o Ministério Público reiterou a tese acusatória formulada na denúncia (homicídio qualificado por recurso que dificultou a defesa da vítima), ao passo que a defesa alegou a tese de homicídio privilegiado.

Após a quesitação (fls. 314), o Conselho de Sentença acolheu a proposição levantada pela defesa, e reconheceu que o réu praticou o crime de homicídio qualificado mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido José Wilson Freitas Silva Júnior.

O juiz presidente do e. Tribunal do Júri popular prolatou sentença às fls. 322/325, condenado o réu por incidência comportamental no art. 121, § 2º, II e IV, c/c art. 14, II, do CPB, à pena 19 (dezenove) anos, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e decretou sua prisão preventiva.

Irresignada, a defesa interpôs o presente apelo, às fls. 329, e nas razões acostadas às fls. 333/339, pede a redução da pena, alegando, em suma, ausência de fundamentação concreta na valoração das seguintes circunstâncias judiciais: culpabilidade, personalidade do agente e consequências do crime.

Na contraminuta de fls. 341/347 o Ministério Público requer o conhecimento e improvimento do apelo.

O Procurador de Justiça Krishnamurti Lopes Mendes França, em parecer conclusivo às fls. 358/367 opinou pelo provimento do apelo, alegando:

I – a dosimetria levada a cabo pelo sentenciante não observou as balizas da proporcionalidade, pois a pena-base foi excessivamente exacerbada para 23 (vinte e três) anos de reclusão (quase o dobro do mínimo legal), à vista de apenas quatro circunstâncias judiciais;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

II – a culpabilidade e as consequências do delito foram valoradas de forma genérica, além de ter considerado o próprio resultado naturalístico do crime de homicídio (morte) para valorar a segunda, em indevido *bis in idem*;

III – a conduta social e a personalidade também foram valoradas de forma genérica, sem elementos concretos, a primeira, considerada apenas desfavorável, e a segunda, utilizando-se a vaga locução “voltada para o crime”.

É o relatório.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

VOTO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):

Presentes estão os pressupostos de admissibilidade do recurso, razão pela qual dele conheço.

Conforme relatado, o réu Valmir Sousa Correia fora denunciado pela prática do crime de homicídio qualificado mediante emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, e após regular instrução, restou condenado pelo e. Tribunal do Júri, à pena definitiva de pena 19 (dezenove) anos, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida em regime fechado.

Irresignado, o réu apelou requerendo a redução de sua pena, alegando, em suma:

I – a violência empregada no crime de homicídio é elementar do tipo, e a conduta do réu, *in casu*, não revela acentuado grau de culpabilidade, pois não extrapolou ao que prevê o preceito primário do art. 121, do CPB;

II – a personalidade do réu foi indevidamente valorada pelo emprego da lacônica expressão “voltada para o crime”, o que não denota qualquer dado concreto, e representa, ainda, malferimento ao postulado da presunção de não culpabilidade; e

III – o juiz presidente do júri incorreu em indevido *bis in idem* ao valorar as consequências do crime, considerando, apenas e tão somente, a morte da vítima, por se tratar de resultado naturalístico ínsito ao tipo penal em testilha.

Assim delimitado o âmbito cognitivo do presente apelo, na precisa extensão da matéria impugnada, examino, doravante, as razões do inconformismo, em cotejo com os elementos carreados aos autos, destacando, de antemão, que a materialidade e autoria delitiva são questões incontroversas, diante da ausência de objeção da defesa, face à soberana decisão do Tribunal Popular.

Analiso os pleitos defensivos doravante, assentado no princípio *tantum devolutum, quantum appellatum*, de cuja significação convém destacar que:



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

[...] A apelação da defesa devolve integralmente o conhecimento da causa ao Tribunal, que a julga de novo, reafirmando, infirmando ou alterando os motivos da sentença apelada, com as únicas limitações de adstringir-se à imputação que tenha sido objeto dela (cf. Súmula 453) e de não agravar a pena aplicada em primeiro grau ou, segundo a jurisprudência consolidada, piorar de qualquer modo a situação do réu apelante. Insurgindo-se a apelação do réu contra a individualização da pena, não está, pois, o Tribunal circunscrito ao reexame dos motivos da sentença: reexamina a causa, à luz do art. 59 e seguintes do Código, e pode, para manter a mesma pena, substituir por outras as circunstâncias judiciais ou legais de exasperação a que a decisão de primeiro grau haja dado relevo³.

(Destaques não originais)

Ou seja, as circunstâncias judiciais valoradas, mas que não foram objeto de impugnação específica pela defesa serão mantidas, convindo destacar, outrossim, que o juiz considerou, na verdade **cinco circunstâncias** judiciais (culpabilidade, antecedentes, personalidade, conduta social e consequências do crime)⁴, e não apenas quatro, como assentou a PGJ, em seu parecer conclusivo (fls. 361).

Desta feita, o incremento da pena-base pela valoração dos antecedentes e da conduta social será mantido, pelos seus próprios fundamentos.

1. Da culpabilidade

O paradigma do primeiro ponto do inconformismo recursal centra-se no excerto da dosimetria que assim traz a valoração da culpabilidade, *litteris*: “**a culpabilidade do agente denota razoável grau de reprovabilidade, em especial por ter ceifado a vida de um ser humano**”, o que resultou num incremento de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses.

Pois bem.

³ STF – HC nº 76156/SP, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 31/03/1998, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 08-05-1998 PP-00004 EMENT VOL-01909-02 PP-00268.

⁴ A própria defesa reconhece nas razões do recurso que foram cinco as circunstâncias judiciais valoradas pelo togado singular, e se limita a impugnar três delas, nada alegando sobre a conduta social e os antecedentes.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

É consabido que a culpabilidade, no processo de dosimetria, constitui um juízo valorativo que recai sobre a conduta **concretamente** considerada, mais reprochável, porque o réu pratica atos que vão além da previsão típica abstratamente considerada, por assim dizer, desnecessários, o que denota maior censura em sua conduta. Quando não agravam a pena ou qualificam o crime, podem ser considerados, *v.g.*, a frieza, a crueldade, ou especificamente, elevada quantidade de golpes etc.

In casu, conquanto a motivação constante na sentença condenatória não se preste para valorar a culpabilidade, os autos revelam, de forma inequívoca, que a conduta do réu, ao contrário do que aduz a defesa, extrapolou, sim, a violência abstratamente prevista no tipo.

Os autos revelam que no dia dos fatos, o réu estava ingerindo bebida alcoólica, e em dado momento, discutiu com a vítima, por conta de um jogo de futebol que ocorreu numa quadra nas proximidades, sendo que nem chegaram às vias de fato.

Apaziguados os ânimos, o ofendido permaneceu no local, denominado “Esquina Lanches”, e o réu foi para casa, retornando cerca de vinte minutos depois, com uma faca de cozinha escondida na cintura, momento em que aproximou-se por trás da vítima, desferindo-lhe uma facada no tórax. A vítima ainda tentou fugir, mas veio a cair cerca de dois metros adiante, e o réu, não satisfeito, desferiu mais facadas, sendo no total oito golpes, sem qualquer chance de defesa.

Com efeito, percebe-se, nitidamente, que as agressões não foram perpetradas durante o “calor das discussões”, situação que, em tese, poderia caracterizar o privilégio almejado pela defesa durante a sessão plenária de julgamento.

Ao revés, o apelante ausentou-se do comércio “Esquina Lanches”, foi até sua casa, armou-se com uma faca e retornou para lesionar a vítima, esfaqueando-a por trás, o que denota, em minha óptica, nítida premeditação delitiva, o que autoriza a elevação da pena básica. Nesse norte:



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

[...] 2. A culpabilidade acentuada do agente, em razão da premeditação do crime, não constitui característica do próprio tipo penal, justificando a elevação da pena-base acima do mínimo [legal](#). [...] ⁵

Não bastasse isso, extraio dos autos que a vítima, após o primeiro golpe de faca, andou alguns metros e caiu. Não satisfeito, o réu tornou a esfaqueá-la, por várias vezes, totalizando cerca de oito perfurações, consoante atesta o laudo de exame cadavérico.

Nessa senda, a excessiva quantidade de golpes desferidos pelo réu demonstra, indubitavelmente, maior reprovabilidade em sua conduta, o que também autoriza a valoração da culpabilidade. Em caso análogo (vários disparos de arma de fogo), o STJ já assentou ser válida a valoração da culpabilidade:

[...] 1. O fato de o paciente ter desferido cinco disparos de arma de fogo contra a vítima justifica a conclusão pela desfavorabilidade da circunstância judicial da culpabilidade, porquanto evidencia uma maior reprovabilidade do agente pela conduta delituosa [praticada](#). [...] ⁶.

Vale repisar, por oportuno, que a devolução da matéria ao órgão *ad quem* permite a reanálise dos fundamentos utilizados na sentença, com a única limitação inserta no art. 617, do CPP, que veda a *reformatio in pejus*, tendo como parâmetro a quantidade de pena aplicada.

Assim, deve permanecer a valoração da culpabilidade, pelos fundamentos retro.

2. Personalidade do agente

O juízo *a quo* considerou que o “**o réu possui personalidade voltada ao crime, conforme denota seus antecedentes criminais [...]**”.

Quanto à referida circunstância judicial, a ofensa é dupla.

⁵ AgRg no AREsp 235.526/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 03/09/2013.

⁶ HC 212.775/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 09/10/2014.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Primeiramente, pelo emprego da vetusta, genérica, lacônica e malsinada expressão “voltada ao crime”, lamentavelmente utilizada com frequência, evidenciando patente ofensa ao princípio constitucional da motivação das decisões, dispensando maiores digressões para afastar tal valoração.

Sob outro prisma, tal conclusão – personalidade voltada para o crime – parte de premissa argumentativa que malfeire o postulado constitucional da presunção de não culpabilidade, porque considerou os antecedentes criminais, sendo que, de forma absolutamente paradoxal, o sentenciante assentou, linhas acima na dosimetria, que o réu é tecnicamente primário, por não haver condenação transitada em julgado.

Nesse contexto, vale registrar que a utilização de inquéritos ou ações penais em curso não se prestam para valorar os antecedentes do réu, quiçá sua personalidade, conforme já assentou, definitivamente, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 591.054/SC, submetido ao regime de repercussão geral:

PENA – FIXAÇÃO – ANTECEDENTES CRIMINAIS – INQUÉRITOS E PROCESSOS EM CURSO – DESINFLUÊNCIA. Ante o princípio constitucional da não culpabilidade, inquéritos e processos criminais em curso são neutros na definição dos antecedentes criminais.⁷

Ante a prevalência do postulado constitucional da presunção de inocência, o STJ já assentou que “[...] **inquéritos e ações penais em curso não podem evidenciar os maus antecedentes ou a personalidade desfavorável do agente, sob pena de malferimento ao princípio da não culpabilidade. Súmula n. 444 do STJ. [...]**”⁸.

Assim, afasto a valoração da personalidade do agente.

3. Consequências do delito

⁷ RE 591054, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-037 DIVULG 25-02-2015 PUBLIC 26-02-2015.

⁸ HC 275.663/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 02/03/2015.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

O juízo sentenciante reputou que **“as consequências do crime foram de maior gravidade, dada a destruição da uma vida humana”**.

Mais uma vez, é forçoso admitir que assiste razão à defesa, pois o resultado próprio do crime (morte), abstratamente previsto no tipo penal, não se presta para valorar as consequências do crime no processo de dosimetria, o que, a meu sentir, configura odioso *bis in idem*.

Com efeito, as consequências do crime, a serem consideradas para o fim de valoração negativa, na fase das circunstâncias judiciais, devem ultrapassar a gravidade do resultado do delito cominado em abstrato no tipo penal correlato. Colho o seguinte julgado do STJ a respeito:

[...] A presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis autoriza a fixação da pena-base acima do patamar mínimo. Entretanto, **a utilização de circunstâncias inerentes ao tipo penal para exasperar a reprimenda enseja constrangimento ilegal**⁹; [...].

(sem destaques no original)

A consequência normalmente esperada de um delito de homicídio consumado, como não poderia deixar de ser, é o resultado morte, cujos reflexos na esfera das relações familiares do ofendido, não olvido, são devastadores, bem como no que tange ao círculo de suas relações sociais (amigos, vizinhos e colegas da comunidade a qual pertencia a vítima).

Não obstante reconheça as mazelas e resultados deletérios de um crime de homicídio, insisto em repisar que não podem, por si sós, ser considerados para efeitos de exasperação da reprimenda, pois já são consequências próprias do crime. Admitir-se a hipótese, seria cancelar uma dupla punição ao apelante, o que esbarra na proibição ao *bis in idem*.

Desta feita, deve ser decotada tal valoração.

⁹ HC Nº 137.072 - MG (2009/0099097-9). Rel.: MINISTRO OG FERNANDES. 6ª T. DJ: 07/06/2010.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

4. Do redimensionamento da pena-base

Adotando-se o critério da pena média para o crime de homicídio qualificado (vinte e um anos), cada uma das oito circunstâncias judiciais do art. 59, do CPB, equivale a um incremento na pena de dois anos e seis meses¹⁰.

Com efeito, a par da reanálise das circunstâncias judiciais supra, remanescendo válida a valoração da culpabilidade, antecedentes e conduta social, fixo a pena-base em 19 (dezenove) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Na segunda etapa, mantenho a atenuação pela confissão espontânea, fixando-a no patamar de 02 (dois) anos, perfazendo a pena de 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a qual torno **definitiva**, à míngua de causas de aumento ou diminuição de pena.

5. Dispositivo

Com essas considerações, conheço do presente apelo, e no mérito, parcialmente de acordo¹¹ com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, dou-lhe parcial provimento, para redimensionar a pena do réu Valmir Sousa Correia, para 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, mantendo incólume todas as demais cominações.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, de de 2015.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR

¹⁰ Resultante da divisão da pena média (vinte e um) pela quantidade de circunstâncias judiciais (oito).

¹¹ A PGJ opinou pelo afastamento de todas as circunstâncias judiciais, mas a culpabilidade foi mantida, por fundamentos diversos daqueles constantes na sentença.